

## OS ANARQUISTAS: DUAS GERAÇÕES DISTANCIADAS

Azis Simão

À memória de Eder Simão Sader

RESUMO: O ensaio compara dois momentos do anarquismo no Brasil, intervalados por três décadas. Embora o pensamento libertário se tenha preservado em essência, ocorreram alterações quanto à quantidade e origem social dos adeptos, à situação do movimento na sociedade industrial moderna, às relações institucionais e técnicas de ação social. Em termos gerais, o terreno de sementeira do anarquismo passou da classe operária e do sindicato às classes médias e à universidade. Só agora se inicia a formação de algumas minúsculas ligas operárias nos moldes do anarco-sindicalismo. Disto resultam problemas que ferem princípios e práticas elaborados pelo anarquismo originário. Doutra parte, foi rompida a mútua marginalização que no passado se faziam o Estado e o operariado, o que favorecia o anti-estatismo libertário. O ingresso do proletariado no espaço do Estado, através do sindicato oficial e do partido político, deixou sem ressonância naquela classe a conclamação anti-estatal libertária. Bloqueado pelo sindicato único e recusando a organização partidária, o anarquismo tende a ficar no plano dos movimentos sociais.

UNITERMOS: Anarquismo – Brasil; classes sociais, Estado, Sindicato, movimentos sociais.

Os anarquistas, cujo número diminuía desde a fase inter-guerras mundiais, começaram a dar débeis sinais de reanimação na Europa, em fins da década de 1960. No

---

\* Professor Emérito da Universidade de São Paulo.

Brasil, só dez a quinze anos depois. Eram até então muito escassos, reunindo-se intermitentemente em duas pequenas associações. Em São Paulo, seu grêmio era o Centro de Cultura Social, fundado em 1933, fechado durante o Estado Novo, reaberto em 1945, sendo novamente trancado em 1969. Conseguiu manter-se até esse ano, sob o regime ditatorial, programando atividades não manifestamente ideológicas, principalmente na esfera teatral, em que contava com jovens amadores. Estes, fora do mundo universitário, não se envolveram nas agitações e confrontos estudantis do período. O fechamento do Centro e suspensão de seu jornal *Dealbar*, foram motivados pelo recrudescimento repressivo da ditadura.

No Rio de Janeiro havia o Centro de Estudos José Oiticica, fundado em 1957, em homenagem ao veterano professor anarquista, onde havia universitários participantes da resistência ao regime militar. Na repressão das grandes manifestações de rua, em 1968, a polícia também invadiu e depredou o Centro José Oiticica, detendo alguns de seus estudantes. Já não há notícia de anarquistas na subsequente fase da ação clandestina e do movimento armado, onde foi altamente expressiva a presença de universitários.

Na França, Maio de 68 também foi conturbadíssimo, tornando-se histórico devido à concorrência da grande agitação estudantil e da greve geral, que repercutiram pelo mundo ocidental. O *Quartier Latin* transformou-se num cenário de debates, passeatas e barricadas. Intervalando bandeiras vermelhas, surpreenderam-nos as bandeiras pretas dos anarquistas, simbolizando o luto pelos mártires da causa operária. No pátio da Sorbonne, percorrendo os estandes de impressos de cada grupo ideológico, encontramos o dos anarquistas. Na sala que ocupavam a surpresa foi deles, quando nos demos a conhecer. A conversa girou, não sobre a utopia, mas sobre o movimento de libertação das idéias, como via de eliminação do poder. Saímos com o exemplar de um pequeno jornal e alguns impressos, que trouxemos a Edgard Leuenroth. Quando em nosso relato observamos a insistência daqueles jovens franceses no tema da libertação das mentes, ele disse num tom de quem lembra: “Sim, sempre achamos que a libertação das mentes é a libertação dos homens”. Então, rememorou o sentido das atividades dos grupos de propaganda libertária e de suas escolas chamadas modernas ou racionalistas. Naquele momento, não vi na concordância mais do que o êxito da transmissão de um patrimônio ideológico. Só me ocorreu a idéia de que talvez se pudesse comparar a compreensão e as funções dessa ideologia, em dois quadros sociais tão diversificados por tamanho distanciamento histórico. Isso seria exequível na Europa democrática, onde se poderia contar com os dois termos requeridos pela comparação – as duas gerações. No Brasil não passou de uma idéia vaga e fugaz. Voltou agora, como um imperativo, quando Eder Sader me disse haver amigos que desejariam saber alguma coisa a respeito, em vista de um aumento, embora tímido, de jovens que se declaram anarquistas.

É sabido que os libertários não elaboraram uma doutrina e se recusavam dar às idéias caráter dogmático, o que contribuiria de nova forma para o emperramento das mentes. Era por isso que, na militância, não usavam o termo *doutrinação*, mas *propaganda*, para indicar a divulgação de idéias através de sua apresentação e debate. A própria concepção do anarquismo não foi uniforme, variando segundo os autores, seja na imaginação utópica, seja na adequação de meios e fins desejáveis. No entanto, há um fundo comum de idéias, não apresentadas como um sistema, mas passíveis de esquematização. Decorrem elas de uma visão do Homem e da sociedade tal como existem e como devem mudar seu modo de existir. Inspira essa visão um sentimento ético como é próprio das ideologias relativas a tais transformações. A partir dos conceitos do bem e do mal, do justo e do injusto, fazem sua condenação da sociedade presente e a proposta da sociedade futura. Numa e noutra, o centro de preocupação é o indivíduo, tomado como unidade em si, ou como integrante de situação grupal. Aqui, no cruzamento do ideal com o real, surge o dilema referente à liberdade individual: preservá-la fora das coerções associativas ou aceitar a associação, sob o risco de cercear o que se quer ampliar, caso a gerência se faça por delegação de autoridade. A saída foi encontrada no exercício da auto-gestão e da democracia direta<sup>1</sup>, capaz de substituir o exercício do poder na economia, na organização social e na esfera política. Em outros termos: a eliminação da propriedade, das classes sociais e do Estado e suas instituições de apoio, como o Exército e a Igreja.

O ensaio da auto-gestão foi feito por anarquistas nos sindicatos operários, círculos de propaganda ideológica e correspondentes formações federativas e confederativas. *O indivíduo livre na associação livre* foi o princípio diretor das relações gremiais, que conferia legitimidade às opiniões na concordância e na discordância, sem maiorias impositivas, nem minorias silenciadas, principalmente para o exterior da organização. Assim se previnha o conflito entre o direito de plena manifestação do pensamento e qualquer disciplina grupal, sobrepondo a organização ao cidadão. Onde e quando isso ocorre, como no Estado e no partido político, seu acessório, ficam solapados os fundamentos da democracia direta ou auto-governo.

Contudo, tais idéias e cautelas não tornavam pacífica a questão do poder. Para os anarco-sindicalistas ele não se instalava em seus grêmios, porque as funções eram estabelecidas segundo o princípio da *administração das coisas e não governo dos Homens*.

---

1 Conceções tomadas de Rousseau, de quem também Marx é devedor. Os anarquistas ainda aproveitaram outras de suas idéias, como as pedagógicas e naturistas. Sobre a obra deste filósofo, veja FORTES, José Roberto Salinas. *Rousseau: da teoria à prática*. São Paulo, Ed. Ática, 1976.

Já para os anarquistas contrários à organização, esta requer, por sua natureza, a delegação, origem do poder, qualquer que seja sua alçada inicial de atribuição <sup>2</sup>.

Aquela polêmica não influiu na expansão do ensaio da auto-gestão sindical, favorecido pela simplicidade organizatória e pela mútua marginalização a que se impunham o movimento anarquista e a dupla Empresa-Estado. Mas aquele dividia essa dupla estrategicamente. Negava-se a atuar no espaço hétero-governamental, como oposição político-partidária. Escolhia o lugar das relações empregatícias para objeto da ação direta do operariado. Pretendia-se com ela um tríplice fim: organizar os trabalhadores autonomamente no interior da empresa, com livre escola de seus representantes no respectivo sindicato; promover greves por reivindicações imediatas e, por seus sucessivos treinamentos, chegar à greve geral revolucionária. Posto de parte esse objetivo final, a tática da ação direta teve êxito ao mobilizar operários contra o patronato, no próprio âmbito da empresa e sem intermediação governamental. Desta forma de agir resultou, no processo histórico dos conflitos industriais, a prática da negociação entre empregados e empregadores para estabelecimento de convênios coletivos de trabalho.

Mas a visão anarquista do Homem e da sociedade não se detinha na formação de associações autogovernadas, atuantes apenas no plano econômico e no confronto das classes sociais. Na prospectiva utópica, elas constituiriam os focos da constelação social anárquica. Isto em vista, impunha-se mudar, as condições da vida material e da vida mental, ou seja, livrá-las da necessidade e do dogma. Assim sendo, não só a primeira, mas ambas devem ser iniciadas no próprio bojo da sociedade capitalista. Daí a grande importância dada pelos anarquistas à ação educativa, através de sua imprensa, escola, teatro, palestras, e organização coletiva do lazer. Desejavam, por esse modo, romper hábitos mentais e elaborar paradigmas de uma nova cultura humanística. Isto foi ainda mais valorizado quando, apesar de décadas de greves na Europa e nas Américas, mais distante pareciam as possibilidades da greve geral revolucionária. Isto para a parcela dos anarquistas que não a viram na Revolução Russa, porque mantinha e renovava a instituição do Estado. A parte deles que pensava contrariamente participou na formação dos partidos comunistas.

O auto-governo associativo e a ação direta contra o patronato estão na própria origem do movimento operário, cujo primeiro passo constituiu o livre contrato entre iguais e a atuação concertada para alterar e, mesmo, eliminar o contrato socialmente impositivo do trabalho assalariado. Era o tempo em que o proletariado não tinha espaço na

---

2 Este é o drama, não só dos anarquistas, mas também dos socialistas democráticos: como conciliar na prática a liberdade substantiva e a organização funcional, se esta pode instrumentalizar aquela.

sociedade política ou começava a abri-lo como um novo capítulo de sua história. Como é sabido, a este respeito instalou-se a desavença primordial entre anarquistas e marxistas. Os primeiros restringiam aquele espaço à sociedade civil, propugnando pela extensão irrestrita dos direitos da vida democrática à classe assalariada, ou seja, a universalidade da cidadania efetiva. Os segundos consideravam imprescindível avançar para quadros do Estado, com vistas à sua apropriação e instrumentalização em favor da classe operária, pelo que seu partido deveria subordinar o sindicato.

Sem diminuir a importância assumida por essa divergência, o fato é que a autogestão sindical e a ação direta persistiram onde e enquanto se manteve a situação de marginalidade proletária ou, pelo menos, a estreiteza do seu lugar na sociedade civil e no Estado. No mundo industrial, sua duração variou de país para país, tendo havido casos que se prolongaram até a década de 1930.

No Brasil, durante a Primeira República, o comportamento das classes sociais subalternas diferiu internamente, segundo certas categorias sociais, quanto a organização político-partidária. Seus componentes oriundos da população local mais antiga, qualificados eleitores, eram atrelados nessa qualidade quase totalmente ao Partido Republicano, que se confundia de fato com o próprio sistema político nacional. Doutra parte, ficavam fora desse sistema, os estrangeiros e a maioria de seus descendentes, particularmente quando assalariados. Circunscritos às vicissitudes da condição operária, não tendiam para o partido e muito menos para a consideração do longínquo governo, mas para o sindicato que se identificava com o seu cotidiano. Este assumia funções diversas, segundo o propósito de harmonizar ou opôr os interesses do capital e do trabalho, tanto nas empresas privadas quanto nas estatais. Os dois casos apareceram em muitos núcleos urbanos, esparços ao Norte e adensados ao Sudeste e Sul do país. Os sindicatos que se punham na vanguarda do movimento operário foram, no primeiro trintênio, do século, criados e orientados geralmente pelos anarquistas e, portanto, opostos à gestão empresarial e ao engajamento partidário do proletariado.

Os comportamentos mencionados bitolavam à direita e à esquerda o míngua espaço restante para os socialistas, que iniciaram a formação de seus grêmios no final do século passado. Na região paulista-carioca, onde mais surgiram, tiveram geralmente vida efêmera, não passando as vezes do manifesto de fundação. Em todo o caso, conseguiram fazer-se presentes durante o período considerado e muito depois dele. Mas, naquele tempo não conseguiram qualquer lugar no âmbito do Estado, mesmo em São Paulo onde participaram de alguns pleitos eleitorais para a Câmara Estadual. Faltou-lhes, não só o voto proletário, mas também o das classes médias a que pertenciam, na sua maior parte. Em conseqüência, seus malogros eleitorais reforçavam a marginalidade político-partidária da classe assalariada. Foi similar a situação do Partido Comunista nessa mesma fase.

Os sinais de mudança dessa situação apareceram depois da greve geral de junho de 1917, nos municípios industriais do Estado de São Paulo. Então, aconteceu a primeira fissura na situação da mútua marginalidade. Por iniciativa da Imprensa local, sentaram-se à mesa de negociação o Comitê de Defesa Proletária, delegados das associações patronais e o representante do governo estadual, que avalizou o acordo feito e, mesmo assim, descumprido pelo empresariado, como de costume. Mas a continuidade das greves convenceu o governo da necessidade de ordenar as relações empregatícias através de um Código do Trabalho. Esse propósito normativo foi o primeiro indício da transformação da dupla sindicato-empresa numa trinca, com a inclusão do Estado.

Logo depois outro fato golpeou o anarco-sindicalismo. A revolução russa, inicialmente aclamada por todos os anarquistas, tornou-se pouco depois motivo de suas divergências e divisão. Uma parcela deles negava-lhe o caráter comunista por manter e reforçar a instituição do Estado com a adição do poder econômico. Outra parte aceitava-a como necessidade transitória e participou da criação do Partido Comunista. No entanto, convém lembrar que estes últimos não perderam de vez idéias e condutas de seu tempo de anarquismo. Um fato ilustra bem, ao mesmo tempo, a mencionada mudança de atitude do Estado e a conservação do comportamento libertário. Em 1926, o governo federal solicitou dos sindicalistas, no Rio de Janeiro, que elaborassem um projeto do Código do Trabalho. Havia entre eles comunistas, que deveriam estar interessados em ganhar espaço político. Todavia, juntamente com os demais, recusaram o encargo para não colaborar com o Estado burguês<sup>3</sup>. Este, de seu lado, prosseguiu no atendimento de algumas reivindicações trabalhistas, que iniciara com o fito de diminuir os alvos da ação direta operária e aliviar seu impacto sobre as empresas.

A tarefa foi aprimorada no decênio seguinte pela política trabalhista do governo Vargas, sobejamente estudada. Contudo, convém destacar a via pela qual os assalariados ganharam um lugar na organização do Estado. Foi mais através daquela política centrada diretamente no sindicato, de que pela influência dos partidos de esquerda. Sua representação insignificante na Constituinte de 1933, foi nula no Congresso Nacional e nas Assembléias Estaduais. Além disso, seu campo de ação foi arrasado com o esfacelamento da Aliança Nacional Libertadora e a subsequente instalação do Estado Novo. Doutro lado, o remanescente esquerdista do Tenentismo conseguiu promover o conúbio constitucional do liberalismo com o corporativismo, criando a figura do deputado clas-

---

3 Foi-me contado por João da Costa Pimenta, gráfico, ex-anarquista, fundador e membro da primeira Comissão do Partido Comunista do Brasil, depois participante da dissidência trotskista e, no pós-guerra, membro destacado do Partido Socialista Brasileiro.

sista para representar empregadores e empregados. Sua escolha se fazia em cada categoria a partir dos respectivos sindicatos, sobrepostos por um sistema de colégios eleitorais. Com isto se furtavam, ao mesmo tempo, a base do anarco-sindicalismo e funções dos partidos de esquerda. O remate veio com a montagem do sistema sindical integrado na estrutura do Estado. Os libertários simplesmente o ignoraram, não registrando seus grêmios no Ministério do Trabalho, o que deixava os associados sem representação legal para cuidar de seus interesses e direitos. Esta situação pôde ser relativamente mantida até a decretação do Estado de Guerra em 1935. Em São Paulo, por exemplo, a velha Federação Operária tinha mais de uma dezena de sindicatos filiados em 1934, quando sua sede foi fechada pela polícia.

A recusa de relacionar-se com o Estado decidiu o final das lideranças anarquistas. No entanto, para evitar a marginalização no movimento operário viram-se forçados a ceder em seus princípios, permanecendo no sindicato oficial. Justificavam-se como oposição necessárias para conseguir a volta à autonomia e ao pluralismo associativos. Com este fim, no primeiro decênio do após-guerra, seus remanescentes em alguns sindicatos formaram mais de uma vez com socialistas e católicos. Com os primeiros sempre praticaram militância sindical lado a lado. Mas, essa foi a primeira vez que se suspendeu, em dada causa comum, o tradicional conflito entre anarquismo e Igreja.

Malgrado o intento oposicionista, os libertários ficaram quase só em seu Centro de Cultura Social, guardando um patrimônio histórico como semente sob a neve, por assim dizer.

Quando a semente rebrotou, as classes sociais subalternas e o Estado já tinham saído, havia muito tempo, da situação de mútua marginalidade. Em largas linhas – exceptuado o interregno ditatorial – o Governo lhes abriu espaço, que ocuparam através dos partidos e sindicatos, num primeiro passo, tomando depois também as vias da Igreja Católica e dos movimentos sociais. Por isso, não se pode mais considerar a mencionada marginalidade no complexo condicionante do ressurgimento anarquista. Nem tão-pouco explicá-la pela existência de uma população economicamente periférica, pois esta não é a sua provedora. Até agora tem-se abastecido, predominantemente em círculos de nível universitário. O novo cenário e o novo elenco anarquista mostraram-se pela primeira vez no Maio parisiense, incorporados a uma das maiores manifestações de recusa da sociedade industrial contemporânea. A outra, igualmente notável, foi o movimento *hippie* gerado em similar conjuntura social, mas diverso no modo de ser e de fazer.

A mesma sociedade tecnológica, que vinha promovendo o crescimento das classes médias, também motivava, em parcelas de sua juventude ilustrada, o repúdio pela racionalização da vida social, pelo princípio da eficiência e ética do êxito, pela rotina, impessoalização e imposições do consumismo. A recusa *hippie* consistiu em protelar o ingresso no mundo do trabalho sistemático, criar o modelo das vestes carentes e formar nichos comunitários num entorno capitalista. No movimento de Maio de 68, ao contrá-

rio, os grupos de uma *nova esquerda radical*, fraccionados das esquerdas marxistas históricas, propuseram-se a fomentar a revolução imediata. Tratava-se de uma revolução pensada, não só contra o capitalismo, mas contra todo modelo de sociedade industrial, especialmente a de tecnologia avançada, devido às mais largas amarras de seus efeitos indesejáveis. Embora tivessem ocorrido simultaneamente, o movimento universitário e a greve geral na França não visaram os mesmos fins. Ao contrário dos estudantes, os trabalhadores não pretenderam subverter a sociedade industrial, mas melhorar suas condições na organização do trabalho e na capacidade de consumo.

A conseqüência do malogro, em ambos os casos, foi a reabsorção social de seus partícipes, efetuada de modo difuso ou organizado por partidos ou movimentos sociais. Mas também é ineludível outra conseqüência vasta e persistente. A partir dos anos da *grande recusa*, vêm-se acelerando mudanças culturais, num amplo e vário espectro de gamas, que inclui o patrimônio ideológico das esquerdas clássicas.

Os anarquistas, que precediam os grupos da chamada nova esquerda radical, não se dispersaram. Ao contrário, mantiveram-se em seu próprio movimento, que hoje pontilha por 16 países, conforme a lista das representações no XVIII Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores-Anarquista, – realizado em Bordeaux no início de abril último.

No Brasil, durante todo esse tempo considerado, as esquerdas, embora também já fraccionadas, estavam empenhadas em outra recusa de caráter e âmbito mais restritos: a longa recusa do Estado ditatorial em favor do Estado de Direito. Mas, no mesmo final do processo de substituição de um pelo outro, recompunham-se as fracções da classe dominante na disputa pelo poder hegemônico. O jogo prolongado na cúpula estatal, aprofundado com a crise política, ao sabor da recessão e manipulação econômicas, terminou motivando um desencanto generalizado, que vai deslizando para o desânimo e a indiferença. Entre os desencantados com o governo, apareceram novos desiludidos com a instituição do Estado, ao mesmo tempo que se reiniciava a edição de obras referentes ao anarquismo e ressurgia o interesse pela pesquisa de seu passado no Brasil. Neste último quadriênio tomou impulso a formação de pequenas agremiações libertárias, cujos componentes são quase todos de escolaridade superior, concluída ou em curso, particularmente na área das humanidades mas também das ciências naturais e aplicadas<sup>4</sup>. A adesão de operários, ao contrário do que foi na primeira fase, é insignificante e muito recente. Algumas notícias mais significativas, embora concentradas em São Paulo, dão uma idéia desse movimento ressurgente.

---

4 Agradeço a Jaime Cubero, secretário do Centro de Cultura Social de São Paulo, a rica informação referente ao atual movimento anarquista no Brasil, nem toda aproveitada neste artigo.

A primeira manifestação do retorno do anarquismo foi a formação de um grupo na Bahia, em 1979, editor do periódico *O Inimigo do Rei*, do qual circularam 19 números e, depois de uma longa interrupção, reapareceu no início desse ano. Nesse intervalo, outros grupos surgiram ou ressurgiram, como o Centro de Cultura Social de São Paulo, em 1985, sendo logo objeto de reportagem em uma revista de circulação nacional<sup>5</sup>. Tem se destacado por atividades ininterruptas, seja em sua sede, seja em outros locais com a colaboração de várias entidades. Assim, no mesmo ano de sua reabertura, organizou na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, juntamente com o Diretório Central Acadêmico, um curso livre de anarquismo, ministrado em 10 aulas com uma frequência média de 50 pessoas. Em 1986, comemorou o centenário do 1º de Maio com vários atos públicos e uma exposição em sua sede, durante 1 mês, de jornais anarquistas do início do século. No mesmo ano, promoveu nas dependências do Centro Cultural da Municipalidade um debate sobre teatro operário em São Paulo, com a apresentação de duas peças anarquistas também do começo do século<sup>6</sup>. Sobre o mesmo assunto, em 1987, a TV Cultura de São Paulo exibiu um programa organizado pelo referido Centro.

Na esfera universitária, durante 1987, mais três eventos marcaram a presença anarquista com a participação de diretores do Centro de Cultura Social. Na Escola de Sociologia e Política de São Paulo foi ministrado um *Curso Livre de Anarquismo* para 80 alunos matriculados. No Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, proferiram-se quatro palestras a respeito de Kropotkin e Reclus como cientistas e anarquistas. No Instituto de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro, mais de 100 pessoas ouviram uma exposição sobre as idéias anarquistas.

No campo editorial, os grêmios se restringem à publicação intermitente de panfletos, boletins e pequenos jornais. O grande empreendimento é a editora *Tempos Novos*, sediada em Brasília, com 6 títulos publicados e outros em programação. Ainda em Brasília, encontra-se em montagem uma modesta livraria anarquista. Por sua vez a Editora *Tempos Novos* pretende instalar um stand na próxima Bienal Internacional do Livro de São Paulo. Além disso outras seis editoras nacionais, de portes variáveis, têm publicado ultimamente obras sobre anarquismo e anarquistas, numa proporção jamais vista no Brasil. Antes a maioria delas era importada.

---

5 *Isto É* – 17/4/85.

6 *Pecado de Simonia*, de Neno Vasco, representado pelo grupo Forja; e *O 1º de Maio*, de Pietro Gori, lida pelo Grupo Teatral da Escola de Comunicação e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo.

Por todo esse tempo, formaram-se no mínimo 20 grupos libertários, sendo que alguns tiveram vida efêmera devido a dispersão dos universitários diplomados que os compunham. O número de componentes de cada um varia de 4 a 15, mas as reuniões culturais de alguns centros têm geralmente freqüência bem maior. Os grêmios se distribuem do Nordeste ao Sul do país, por 9 estados e o Distrito Federal. Em alguns locais há mais de um grupo, como em São Paulo, com 4; na Bahia, Brasília, Rio de Janeiro, Paraná e R. Grande do Sul com 2 cada um. Denominam-se, sociedade, centro ou círculo, trazendo o adjetivo anarquista ou libertário. Além das pessoas que assim se agrupam há outras avulsas de várias localidades, em comunicação com as associações. Por sua vez, estas se relacionam através de seus impressos e encontros ou jornadas, que se realizam em algumas capitais de Estado e no Distrito Federal. De tais reuniões já surgiu o projeto de um Congresso Brasileiro de Associações Anarquistas.

A já mencionada composição dos quadros associativos coloca a questão de saber porque o movimento libertário aparece hoje como um fenômeno social ocorrente quase todo na categoria universitária. Convém desde logo descartar o fato de que decorre diretamente das condições desfavoráveis do mercado de trabalho, defrontadas por um pessoal de escolaridade superior em constante crescimento. Se assim fosse, aquele movimento ideológico não estaria sendo ignorado, pelo menos até agora, pela população que mais suporta as reduções salariais e o desemprego. De passagem, é bom lembrar que os mesmos canais, bitoladores da entrada das classes subalternas no espaço do Estado, oferecem-lhes, ao mesmo tempo uma perspectiva onde essa instituição se configura como necessária. A intelectualidade anarquista, ainda que sujeita às condições objetivas do mercado de trabalho, rompe por vias ideológicas com aquele bitolamento e se propõe levar esse comportamento à classe operária.

Com tal propósito realizaram-se dois congressos nacionais: um em 1986, na sede do Centro de Cultura Social de São Paulo como parte das comemorações do centenário do 1º de Maio; outro no ano seguinte na Faculdade de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. Deles resultaram a formação de um secretariado para articular os grupos pró-Confederação Operária do Brasil, vinculada à Associação Internacional do Trabalho; a Carta de Princípios, as bases do acordo associativo e a retomada da publicação do jornal *Voz Operária*, da Confederação criada no 1º Congresso Operário Brasileiro, em 1906.

No entanto, a reconstituição do anarco-sindicalismo reencontra as mesmas condições que o sitiaram a partir da consolidação da unicidade sindical, que estabelece o monopólio da representação das categorias profissionais. Tendo a Constituinte mantido aquele privilégio, as *ligas operárias* só poderão constituir-se como associações civis, marginais ao sistema corporativo oficial. Uma experiência desse tipo, sem êxito sindi-

cal, já foi feita pelos Círculos Operários Católicos, desde a década de 1930. Daí os militantes da Ação Católica Operária e da Juventude Operária Católica passarem a ingressar nos sindicatos, a partir do início da década de 1960, como o grupo especificado e, mesmo atuante nas oposições internas. Outra experiência, também inspirada pela Igreja, que procurou contornar o sistema corporativo, foi a Frente Nacional do Trabalho criada em 1960. Escolheu como âmbito de atuação o local de trabalho procurando promover o exercício da auto-gestão trabalhista e da ação direta nas relações empregatícias. Embora tivesse alcançado algum êxito notório de início, o movimento teve que enfrentar depois os prejuízos de sua esfera particularista, diante do universo legal do sindicato. O registro desse movimento é aqui importante porque, agindo fora da burocracia corporativista, foi levada a reelaborar noções e técnicas do anarco-sindicalismo clássico. Doutra parte, as projetadas *ligas operárias* poderão reproduzir a experiência católica, terminando como grupos diferenciados nos quadros sindicais, no que já têm precedente histórico. Todavia, num nível superior da organização, a Confederação Operária do Brasil poderá formar-se autonomamente, no mesmo sindicalismo paralelo ao oficial, como fazem a Central Única dos Trabalhadores, a Confederação Geral dos Trabalhadores e a União Sindical Independente. A forma de estabelecer as filiações associativas e sua possível quantidade não tem ainda indicadores.

Embora inicia seu projeto de ação sindical, os anarquistas permanecem no campo dos movimentos sociais, onde comparecem como constelação de grupos que se proclamam da mesma ideologia. Têm como herança comum a visão ética libertária clássica enfocada na libertária individual contraposta a instituição do Poder. Essa liberdade já está implícita no variado modo de entendimento da mencionada ideologia, de seus valores, princípios e práticas, ontem como hoje. Variações podem ser observadas, tanto ao comportamento dos grupos, quanto na distância histórica. Dessa perspectiva, dois casos são altamente significativos devido às Instituições envolvidas. Os primeiros anarco-socialistas viam nas ligas operárias – depois denominadas sindicatos – uma dupla função: confrontar o patronato e, ao mesmo tempo, gestar as formas auto-geridas dos futuros conselhos de produtores na aspirada sociedade anárquica. Esta função não cabe no sindicato atual, não só por seu caráter ideológico, mas também pela organização burocrática e as formas de relações empregatícias. Assim, se as projetadas ligas operárias tiverem que atuar também no sindicato oficial, bifurcarão o âmbito associativo das duas funções ou deixarão de lado a que se refere à utopia.

Outro caso é o histórico antagonismo entre os anarquistas e as Igrejas, particularmente a Católica por sua dominância. Esta acusava aqueles de promotores da desarmonia social, os quais, de seu lado, a combatiam como sustentáculo de capital e do Estado. O anticlericalismo não era exclusivo dos anarquistas, mas assumido também por livres

pensadores. Também, não era extensivo ao movimento sindical, que não estabelecia distinções para evitar divisões na classe operária em sua luta primordial. A propaganda anticlerical se fazia lateralmente ao sindicato e aos contingentes em greve, quase todos, se não todos católicos.

Hoje, os anarquistas manifestam-se diversamente sobre as Igrejas, considerando ou não as mudanças por que têm passado. Assim, *O Inimigo do Rei* conclama que se viva sem violência, sem governo, sem partido, sem igrejas, sem preconceitos, e sem polícia. Já a Confederação Operária do Brasil, que não se declara neutra, mas anarquista, omite o nome da Igreja na lista de seus alvos constantes em sua Carta de Princípios. Diz que o movimento “atuará na luta contra o Estado e seus instrumentos de dominação (Polícia, Justiça, Paramentos, Forças Armadas, Escolas, Sindicatos Oficiais, Capitalistas, Partidos Políticos) visando a sua completa destruição – para que seja possível a construção de uma sociedade nova, verdadeiramente socialista e livre”<sup>7</sup>. Anarquistas, que nos são próxima, expressam sua consideração pela Igreja Católica transformada, que se declara Igreja dos pobres e por eles luta.

Mostram-se eles também satisfeitos por verem idéias, termos e práticas libertárias adotados hoje por sindicalistas, católicos e movimentos sociais de variadas finalidades populares, aos quais dão seu apoio. Destacam principalmente a ação direta, a autogestão, as comissões de fábrica, as práticas comunitárias e, mesmo, o designativo *libertário*. Por sua vez, há católicos que freqüentam o Centro de Cultura Social de São Paulo, o qual mantém intercâmbio de impressos com o Centro Pastoral Vergueiro, de documentação e pesquisa, com a Frente Nacional do Trabalho e o Movimento dos Agricultores Sem Terra. Certamente, essa abertura de lado a lado exprime preocupação com os problemas das classes subalternas mas não propostas de soluções análogas.

Para os anarquistas permanecem intocáveis sua visão ética e sua concepção utópica. O que se repensa é a via de realizá-la, através de uma sociedade que já não oferece ao pensamento simplicidade de rota. Isto se evidenciou desde que as greves parciais não desenhocaram na greve geral revolucionária, passando a ênfase para a difusão de uma nova cultura racionalista, que influa no processo civilizatório. Resumindo idéias de alguns anarquistas a este respeito. Embora seja evidente a transformação da sociedade capitalista, não se pode amoldá-la revolucionariamente segundo um projeto, nem saber qual a forma em que se dará seu desfecho. Se este se der pela tomada do Estado – qualquer que seja a substituição de seus fins – não se fará mais do que a renovação do Do-

---

7 O INIMIGO DO REI, nº 22, mar./abr. 1988, e Confederação Operária do Brasil – Carta de Princípios.

mínio. É preciso, portanto, preparar-se para descartá-lo no mesmo ato constituinte do novo contrato social. Dele fará parte o estímulo do progresso tecnológico vinculado ao alívio do trabalho, posto que será um fator de libertação do homem, quando administrado comunitariamente. Remete-se para os horizontes vislumbrados da utopia a questão de saber como exercer a democracia direta requerida pela autogestão, nos quadros de uma sociedade tecnológica, em que os autômatos substituem crescente quantidade de pessoas, o saber funda o Domínio e a complexidade organizatória requer a delegação de mandatos.

A resposta é a retomada da distinção entre administrar as coisas e governar os homens. A futura Comuna, em seu desenvolvimento, encontrará as formas de submeter a administração ao alto governo social. Esta convicção vem de outra que se levanta na cúpula do pensamento anarquista e que se pode assim expressar: o advento da sociedade libertária se identificará com o advento de uma *civilização madura*.

SIMÃO, Azis. The Anarchists: two distant generations. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 57-69, 1<sup>o</sup> sem. 1989.

ABSTRACT: This essay compares two periods, separated by three decades, of anarchism in Brazil. Even though its libertarian thought has essentially been preserved, the movement underwent significant transformations, both in the number and social origin of its followers and in its situation in modern industrial society, along with its institutional relations and techniques of social action. In general terms, the terrain for sowing anarchist thought passed from the working class and unions to the middle class and universities. Minuscule anarco-syndicalist leagues have only recently been formed. As a result, new problems have arisen, since it all injures the original anarchists' practices and principles. At the same time, the State's and workers' mutual marginalization – which favored libertarian "anti-statism" – has been done away with. The working class' entrance into the State's space by way of official unions and political parties left that class' anti-state libertarian prepositions without resonance. Blocked by the official union and rejecting party structures, anarchism tends to remain in the area of social movements.

UNITERMS: Anarchism – Brazil: social classes, State, trade union, social movements.